

Sarney ainda estuda se nomeia comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pode estar por horas a definição do governo sobre compor ou esquecer a Comissão Constitucional anunciada pelo presidente Tancredo Neves e não oficializada pelo presidente José Sarney. O objetivo da comissão, para Tancredo, era preparar anteprojeto de nova Constituição a ser enviado como colaboração à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, pretendendo que desde já se abrisse o debate popular a respeito. Sarney hesita, preferindo ganhar tempo para saber se na atual conjuntura a tese facilitará ou prejudicará os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, conversará com mestre Afonso Arinos, que vem a Brasília, prevendo-se possa sair da conversa uma decisão: ou se forma logo o grupo idealizado pelo presidente falecido, sob a presidência do ex-senador e ex-chanceler, ou arquivava-se a sugestão, ficando a nova Constituição assunto exclusivo dos partidos.

Em uma palavra, discute-se a necessidade da presença de juristas e de representantes de diversos grupos sociais anterior à missão formal dos deputados e senadores a serem eleitos no ano que vem.

São razoáveis as pressões para que a Comissão Constitucional não se configure, oriundas de associações como a Ordem dos Advogados do Brasil, mas, em especial, do PMDB. O partido entende que a Comissão Constitucional restringirá e afunilará o debate, terminando por condicionar os constituintes, já que sua representatividade não terá provindo das urnas nem das bases, mas de escolhas pessoais do presidente da República. No fundo, trata-se de uma questão de poder: quanto menos condicionamentos surgirem, maior será o espaço para a Assembleia Nacional Constituinte atuar, ou melhor, para que, nela, atue o partido mais numeroso, presumivelmente o PMDB.

Acontece que a idéia de Tancredo Neves era oposta. Ele imaginava compor uma comissão não só de juristas, mas também de representantes dos diversos segmentos sociais. Estes serviriam para contrabalançar aqueles, já que a meta seria abrir amplo debate popular. Interessar a população, através de suas associações, inclusive de minorias. Um ponto de gravidade para o debate capaz de empolgar a Nação e de preencher óbvios espaços vazios na expectativa nacional, gerados pelas dificuldades que seu governo enfrentaria.

Ao jornalista Mauro Santayana, escolhido para secretário-geral da Comissão Constitucional e, que junto com mestre Afonso Arinos são os dois únicos membros do grupo que ele personalizou de público, Tancredo Neves chegou a se estender a respeito. Aceitou a idéia-força da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, visualizando nela a oportunidade de o País alcançar um ordenamento jurídico estável e projetado para o futuro. Dizia que o Estado brasileiro, apesar de natural evolução, não havia cortado o cordão umbilical com o sistema colonial. A Constituição de 1824, apesar da influência francesa, calcou-se nas idéias que a Constituição portuguesa gerada pela Revolução do Porto produziria, e, por isso, não alterou a postura concedente do Estado, caracterizada pelo absolutismo banido. De lá para cá, esse espírito não mudou, lembrava o ex-governador de Minas, e chegamos à década de 80 com a obrigação de licença do Conselho Nacional do Petróleo para o estabelecimento de uma simples bomba de gasolina, ou de mil papéis de autorização do Instituto Brasilei-

ro do Café para uma torradeira funcionar. As imagens, quase cômicas, mas reais, serviam para que o presidente eleito definisse sua linha de pensamento contrária à doutrina da intervenção estatal, isto é, oposta ao espírito de el-rey dadivoso e concedente, que até hoje nos tem marcado.

Abria-se para Tancredo Neves, com a Assembleia Nacional Constituinte, a grande oportunidade de revisão desses conceitos. A proximidade do fim do século e do final do milênio bem como a implantação de uma Nova República surgiam impares. Seria preciso buscar no povo as inspirações para caminhos capazes de afastar a sombra da tutela e do paternalismo do Estado.

O ponto de partida, para ele, ficava na Comissão Constitucional, mas com nuances que apenas a seu espírito sagaz era dado formular: chegou a escolher numerosos juristas e cidadãos afetos ao tema constitucional, que convidaria pessoalmente, mas queria, mescladas no conjunto, expressões sociais diversas. Assim, se ao lado de Afonso Arinos pretendia ver Paulo Brossard, Paulo Bonavides, Josafá Marinho, Fábio Comparato, José Afonso Silva, Dalmo Dalari, Edgar da Mata Machado, Célio Borja, Xavier de Albuquerque, Seabra Fagundes, pai, Miguel Reale, filho, e outros, também reservara lugar para João Paulo Pires Vasconcelos, metalúrgico de Minas Gerais, José Franco, da Contag, Benedita Silva, vereadora do PT fluminense e representante da comunidade negra, como Milton Santos, Carlos Alberto Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e atual secretário do Trabalho do governo Leonel Brizola, estava na relação, como Eduardo Portella, Rafael de Almeida Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Vieira, Bolívar Lamounier e Walter Borelli, pe- los intelectuais, políticos, sociólogos e economistas. Mas relacionou, também, o que seria surpresa para muita gente: convidaria o general Octávio Costa, como militar e intelectual.

Seriam mais de 30 os membros da Comissão Constitucional, que a doença e a morte do presidente eleito impediram de estar reunidos faz dois meses.

O objetivo, vale ressaltar, não era impor à Assembleia Nacional Constituinte um prato-feito, muito menos feito apenas por juristas. Tancredo Neves queria abrir o debate. Obrigar a Nação a se pronunciar à medida que os trabalhos da comissão fossem transcorrendo. Pretendia, até mesmo, ver sensibilizados os eleitores que, em 1986, escolheriam os novos deputados federais e senadores. Tinha esperanças de, com isso, contribuir para o refluxo da interferência do poder econômico nas eleições, pela prevalência de uma discussão que, seria dado a todos perceber, afetaria pelas próximas décadas os destinos nacionais e a vida de cada um. Uma Constituição consagrando a ordem democrática plena, em que a influência do Estado diminuisse, mas, em paralelo, sobressaissem preocupações de ordem social e econômica.

O problema é que apenas Tancredo Neves poderia levar a empreitada adiante sem enfrentar resistências evidentes, a começar pelo PMDB, hoje não propriamente um espinho encravado no pé do governo, mas uma lança presas a trespassar o seu peito. Porque o PMDB visualiza o seu futuro, particular. E o presidente José Sarney, apesar de todos os esforços e de todo o empenho, defronta-se com problemas bem superiores aos de seu saudoso companheiro de chapa.

C.C.

X
Anc -
C PLE